



Educação Unisinos

E-ISSN: 2177-6210

revistaeduc@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Brasil

Araújo Batista, Gustavo

O pensamento educacional de Santo Tomás de Aquino como consequência de sua
teologia e de sua filosofia

Educação Unisinos, vol. 14, núm. 2, mayo-agosto, 2010, pp. 82-96

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=449644452002>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

O pensamento educacional de Santo Tomás de Aquino como consequência de sua teologia e de sua filosofia

Saint Thommas Aquinate's educational thought as a consequence of his theology and philosophy

Gustavo Araújo Batista
mrgugaster@gmail.com

Resumo: Santo Tomás de Aquino (1224/5-1274) é considerado o mais elevado pensador escolástico. Sua filosofia e sua teologia influenciaram pensadores tanto de orientação cristã como de orientação não cristã. Refletindo sobre as convergências e as divergências entre a razão e a fé, ele considera que a Filosofia e a Teologia têm, portanto, semelhanças e diferenças, uma vez que tomam, respectivamente, tais objetos como matérias fundamentais de estudo. Ao estabelecer os campos comuns e particulares da Filosofia e da Teologia, promove não só a conciliação entre elas, mas, também, uma símbiose, já que tanto a razão quanto a fé procedem da mesma fonte (Deus) e não podem contradizer-se. Orientado por tais considerações, tece uma reflexão de caráter educacional que se consigna em sua obra intitulada *Sobre o ensino* ou *De Magistro* (*Sobre o mestre*).

Palavras-chave: educação, Filosofia, Santo Tomás de Aquino, Teologia.

Abstract: Saint Thomas (1124/5-1274) is considered the highest scholastic thinker. His philosophy and theology have influenced as Christian as non-Christian orientation thinkers. Reflecting on convergences and divergences between reason and faith, he considers that philosophy and theology have, therefore, similarities and differences since they have, respectively, those objects as fundamental matters of study. Establishing the philosophy and theology common and particular fields, he promotes not only conciliation between them but also, and mainly, a symbiosis, because both reason and faith come from the same fountain (God), and they cannot, therefore, contradict each other. Orientated from those considerations, he weaves a reflection of educational character that is recorded in his work entitled *On the teaching* or *De Magistro* (*On the master*).

Key words: education, philosophy, Saint Thomas Aquinate, theology.

Introdução

Santo Tomás de Aquino representa o apogeu do pensamento escolástico. A sua capacidade intelectual simultaneamente analítica e sintética fez dele um autor que soube, pela argúcia de sua habilidade de raciocínio, tanto passar em revista os autores que o antecederam quanto resumir o seu pensamento de modo a servir aos propósitos de suas próprias meditações. Reunindo, no conjunto de sua obra, ideias de pensadores cristãos e não cristãos, o teólogo e filósofo napolitano e dominicano deu à intelectualidade cristã ocidental um novo alento que, malgrado as invectivas sofridas pelo seu pensamento, vindas do interior do próprio pensamento cristão, o tomismo foi, não obstante, finalmente apropriado como referência oficial da orientação do pensamento eclesiástico cristão-católico-romano.

Apesar de o tomismo ser bastante conhecido e celebrado, sobretudo nos ambientes eclesiásticos, como uma filosofia e como uma teologia, pouco se tem abordado o viés educacional oferecido por ele. Assim, a proposta deste artigo é discorrer sobre as características educacionais do pensamento tomásico, de forma que se torne possível uma compreensão ainda maior da abrangência alcançada pela sua reflexão, a qual, partindo de considerações acerca de problemas filosóficos ou teológicos de uma ordem mais geral, desemboca em considerações educacionais de uma ordem mais particular. Possibilita-se, então, tanto um arcabouço teórico quanto uma diretriz prática para se ter uma pedagogia orientada a partir da tradição filosófica greco-latina ou da tradição teológica judaico-cristã.

Pelo fato de Santo Tomás de Aquino pertencer ao período medieval, especificamente a sua última fase, conhecida como Baixa Idade Média, considera-se necessário fazer uma explanação sumária acerca de tal período, pois seu pensamento, como qualquer outro, é reflexo do período no qual foi engendrado. Desse modo, destaca-se uma abordagem que contempla aspectos políticos, econômicos, sociais e intelectuais próprios do período medieval, aspectos tais que, implícita ou explicitamente, interferiram na reflexão tomista. Por essa razão, ignorá-los significa ignorar o pensamento tomista no tocante às circunstâncias que o geraram. Feita tal abordagem, apresenta-se uma explanação sumária sobre o tomismo, ressaltando-se os seus aspectos considerados mais relevantes. Por último, tecem-se as considerações de ordem educacional legadas pelo Aquinate como decorrência de sua filosofia teológica ou de sua teologia filosófica.

Uma breve contextualização histórica de santo Tomás de Aquino: a baixa idade média (1066-1453)

O contexto histórico no qual Santo Tomás de Aquino se encaixa pertence a um contexto ainda maior, denominado de Baixa Idade Média, o qual vai aproximadamente do século XI ao século XV. Trata-se do último período medieval, cujo perfil pode ser considerado como a aurora da Modernidade ou Idade Moderna, que vai, aproximadamente, do século XV ao século XVIII. Tais datas foram escolhidas por grande parte dos

historiadores para delimitar o início e o final dos períodos. Tal fato se deu por serem estas as datas de muitos acontecimentos, sobretudo do ponto de vista histórico.

Faz-se necessário frisar ainda que, embora se possa considerar a Idade Média como o período do século V (desde a Queda de Roma, em 476 d.C) ao século XV, a subdivisão da mesma em Alta Idade Média e Baixa Idade Média é proveitosa, no sentido de esclarecer que essas duas subdivisões representam períodos com características próprias. Por essa razão, seria impróprio pensar o período medieval como uma época extremamente homogênea. Assim, seria de bom alvitre fazer uma abordagem sumária tanto da Alta quanto da Baixa Idade Média, a fim de que fiquem patentes tanto as suas semelhanças, que as fazem pertencer a um mesmo período maior, quanto as suas diferenças, que as fazem não serem pensadas como períodos rigorosamente idênticos. Além disso, embora o enfoque deste texto esteja mais direcionado à Baixa Idade Média, é preciso reportar-se à Alta Idade Média pelo fato de que sem esta é impossível ter uma compreensão mais completa daquela.

Em se tratando, pois, de fazer uma abordagem sobre a Alta Idade Média, é preciso registrar que, após a queda do Império Romano Ocidental, a Europa começou a sofrer um período de intensas modificações em sua civilização. Somando-se a cultura romana, até então dominante em praticamente toda a Europa, com a cultura trazida pelos povos bárbaros¹, outrora vivendo às margens das províncias do Império Romano e passando, posteriormente, a invadir e a conquistar as mesmas, foi-se engendrando um novo

¹ Bárbaro, palavra de origem grega que significa estrangeiro, foi primeiramente utilizada pelos gregos para denominar todo e qualquer povo que não tinha a sua cultura, considerada por eles mesmos como superior; posteriormente, esse vocábulo passou a ser utilizado pelos romanos com a mesma função, acrescentando-se ao mesmo a noção daquele que não vivia sob a *lex* (lei) ou sob a *pax romana*. Percebe-se, pois, que é um termo intensamente eivado de etnocentrismo, que é a visão da própria cultura como a melhor e a superior em relação às demais.

processo de miscigenação cultural, uma vez que a expansão romana já havia promovido anteriormente isso. Tal fato resultou novamente na produção de uma civilização europeia que combinava elementos de origem romana e de origem bárbara, mas com a diferença de que, desta vez, havia uma influência maior do elemento bárbaro na formação da jovem civilização medieval europeia. Essa influência, por maior que tenha sido, não conseguiu ofuscar por completo a influência do elemento romano devido ao fato de que a maior instituição medieval – a Igreja Católica Apostólica Romana – é, como o próprio nome indica, de origem romana, uma vez que surgiu como tal a partir do momento em que o Cristianismo se tornara a religião oficial de todo o Império Romano.

Os povos bárbaros, ao dividirem entre si o Império Romano Ocidental, promoveram uma intensa fragmentação na Europa, fragmentação essa contida fortemente pelo papel exercido pela Igreja Católica, não somente em nível religioso, mas também em nível político, econômico, social, cultural e intelectual. Isso se explica pelo fato de que os povos bárbaros, embora militarmente mais fortes – o suficiente para sobrepujarem as províncias romanas que ambicionavam –, não estavam tão preocupados em se afirmarem, a não ser pela força das armas. Isso fez com que se tornassem presas fáceis da sofisticação cultural romana cujo braço armado era a Igreja Católica. Assim, os vários reinos bárbaros que se formaram após o esfacelamento do Império Romano Ocidental, embora autônomos entre si, acabaram, pois, submissos à dominação da Igreja Romana, cuja organização

mostrou-se eficiente o bastante para fazer dela a instituição que subsunha todo e qualquer poder na Idade Média Europeia.

Além da fragmentação política provocada pela queda do Império Romano, a Europa também iniciou um processo de fragmentação econômica, uma vez que, desfeito o Império Romano Ocidental, o sistema de produção baseado na mão de obra escrava já não se fazia mais praticável, o que levou à necessidade de uma reestruturação econômica. Tal reestruturação foi feita por meio da montagem do sistema feudal. Este sistema teve sua origem na ação de vários proprietários romanos de grandes extensões rurais (posteriormente denominadas feudos). Estes, devido aos riscos e perigos de invasões promovidas pelos povos bárbaros, bem como de guerras civis, nas várias cidades e aldeias das províncias romanas, tomaram a iniciativa de se recolher as suas propriedades, construindo fortificações (castelos) para se abrigarem em tempos de guerra e em tempos de paz. Os proprietários, então, contrataram mercenários (soldados) para os protegerem e arrendaram lotes de terra para trabalhadores livres (servos) que, geralmente, não dispunham de outra forma de sobreviver a não ser oferecendo trabalho nas terras em troca de um pouco de comida e de proteção. Era o início de uma nova forma de organização econômica que perduraria por um longo tempo e que só começaria a perder força na Baixa Idade Média.

A Alta Idade Média pode ser considerada como o período em que não só ocorreu a transição do sistema escravista para o sistema feudal, mas também aquele em que o Feudalismo

se mostrou com toda a sua força. Começando como uma alternativa de organização econômica, evoluiu para uma nova forma de organização política e social.

A economia feudal era fundamentalmente rural, agrária e com baixíssimas circulações monetárias e comerciais. Como qualquer outro modelo econômico, o Feudalismo era espoliador, uma vez que os servos tinham uma enorme e pesada carga tributária e, além disso, tinham uma série de serviços a serem prestados para os senhores. Assim, não havia estímulo para o aumento da produção por parte dos servos, pois, quanto mais produziam, mais tinham de contribuir. Isso desembocou em um quadro de produção estática e em um desenvolvimento técnico quase nulo.

A sociedade feudal estava, a rigor, dividida em dois estamentos, rigorosamente hierarquizados, a saber: a nobreza e a plebe. O primeiro era composto pelas famílias dos senhores feudais, suseranos ou vassalos; o segundo era composto pelas famílias dos servos e dos vilões². A mobilidade social era muito difícil, uma vez que a posição do indivíduo na sociedade feudal estava condicionada para sempre, desde o seu nascimento. Assim, quem nascesse em uma família nobre morreria nobre, a menos que fizesse algo digno de ser relegado à plebe; do mesmo modo, quem nascesse no seio de uma família plebeia morreria plebeu, a não ser que fizesse algo digno de ser elevado à nobreza³.

A sociedade feudal (como toda e qualquer sociedade plasmada por um modelo econômico espoliador) era marcada profundamente pela desigualdade. As relações sociais entre

² Os vilões eram servos que não tinham a posse de terras feudais. Geralmente viviam em aldeias, cidades ou vilas (de onde provém a sua designação). Estavam, porém, presos ao sistema feudal, uma vez que dependiam, sobretudo, da proteção senhorial. Pode-se dizer que eram servos com maiores direitos e liberdades. Os vilões eram compostos por profissionais liberais em geral (artesãos, comerciantes, prostitutas, professores etc.).

³ Interessante observar ainda que, à medida que a burguesia ia adquirindo poder econômico, no final da Baixa Idade Média, ia adquirindo títulos de nobreza para ascender socialmente, o que revela a quebra da rigorosa imobilidade social própria da ordem feudal.

nobres e plebeus eram baseadas na dominação dos primeiros em relação aos segundos e na consequente subordinação destes àqueles; tais tipos de relações podem ser denominadas como relações servis. Havia, ainda, entre os nobres, relações recíprocas, como as relações de suserania e de vassalagem, denominadas, portanto, como relações senhoriais ou vasálicas, relações essas que giravam em torno dos direitos e dos deveres daquele que doava o feudo (suserano) e daquele que o recebia (vassalo). Entre os plebeus, havia também relações recíprocas, denominadas relações comunitárias, as quais giravam em torno das trocas de produtos agrícolas e de serviços artesanais e/ou comerciais.

No âmbito da sociedade feudal, não se deve ignorar a existência e a importância de uma instituição em torno da qual a vida feudal girava; trata-se da mencionada Igreja Católica Apostólica Romana. Como responsável pela preservação da cultura da Antiguidade Clássica Greco-Latina, a Igreja Católica monopolizou a mentalidade medieval europeia, uma vez que, nas bibliotecas de seus mosteiros, abadias e catedrais, havia originais e, sobretudo, compilações de obras de diversas naturezas (científicas, filosóficas, artísticas, literárias, jurídicas etc.), produzidas desde a Antiguidade Clássica. Assim, de uma instituição que, originalmente, era puramente religiosa, a Igreja Católica foi tornando-se uma instituição que controlava não somente a religião, mas também a política, a economia, a sociedade, a cultura, o pensamento e a ideologia europeia. Isso pode ser exemplificado a seguir.

Em âmbito político, os senhores feudais, e mesmo os reis ou imperadores, não eram tão poderosos quanto Sua Santidade, o Santo Padre, o Papa, chefe da Igreja Católica. No setor econômico, a Igreja Católica

era a maior proprietária das terras cultiváveis da Europa Medieval. No domínio social, os clérigos praticamente detinham o controle da vida dos indivíduos, tanto nobres quanto plebeus. Em âmbito cultural, as artes giravam em torno da religiosidade que a Igreja Católica queria que fosse apresentada, razão pela qual a arte medieval é profundamente marcada pelo Cristianismo. No campo intelectual, o pensamento científico e filosófico era regulado pelo pensamento defendido pela Igreja Católica, o que fazia com que a ciência e a filosofia ficassem atreladas ao pensamento cristão católico cuja base eram as Sagradas Escrituras (Bíblia), a Tradição Católica e o Magistério Eclesiástico. Desse modo, se alguma teoria científica ou filosófica fosse contra algum aspecto apoiado pelo pensamento eclesiástico oficial, tornava-se razão suficiente para a condenação tanto da referida teoria quanto dos seus defensores ou simplesmente simpatizantes.

Durante o seu período de hegemonia intelectual, a Igreja Católica organizou uma série de doutrinas que julgava verdadeiras e, embasando tais doutrinas, estavam os dogmas, ou seja, as verdades incontestáveis. Quem quer que fosse contra dogmas e/ou doutrinas defendidas por ela não deixava de sofrer algum tipo de punição, pois, no período medieval, a Igreja Católica organizara o Tribunal do Santo Ofício, também denominado Santa Inquisição ou, simplesmente, Inquisição, braço armado da Igreja Católica na defesa de sua doutrina ou de sua ideologia.

No que diz respeito ao conteúdo do pensamento defendido pela Igreja Católica no período medieval, a sua categoria-chave é o Teocentrismo, isto é, a concepção que tem Deus como o centro do universo. Sendo Deus o centro do cosmos, era necessário que o ser humano vivesse para Ele e, para que isso se desse, era

preciso que o homem conhecesse a Sua Vontade Divina. Tal vontade já havia sido revelada, e a Igreja Católica era, segundo o que advogava, a fiel depositária de tal revelação, razão pela qual se justificava o domínio exercido por ela sobre os vários setores da vida medieval, uma vez que os seus dirigentes eram, por sua vez, representantes autonomeados da Divindade. Assim, pode-se dizer que, na Idade Média, o Sumo Pontífice Romano foi visto, assim como se vê a si próprio, como o governante supremo, cujo poder sublimava o poder régio, exercendo essa autoridade por uma concessão de origem divina (Neto, 1989). O Papa Inocêncio III (1198-1216), cujo pontificado representa o apogeu da Igreja Católica na Idade Média, deu a si mesmo o título de *Vicarius Filii Dei*, isto é, *O Vigário (Substituto) do Filho de Deus* (Jesus Cristo). Esse título tem sido utilizado por seus sucessores até os dias atuais e endossa o direito divino dos sumos pontífices ao exercício da autoridade, não somente eclesiástica, mas também para além dela. Por essa razão, o poder da Igreja Católica era algo inquestionável, uma vez que questioná-lo seria indagar o próprio Cristo, o próprio Deus.

Como a autoridade da Igreja Católica era algo que não se podia questionar, sob pena de punições que poderiam ser extremamente severas, o pensamento produzido sob os seus auspícios não poderia ser outro a não ser aquele que não somente afirmava, mas também justificava e difundia a sua hegemonia. É por isso que os intelectuais católicos lançaram mão de todos e quaisquer meios para fazer com que o domínio da Igreja Romana se fortalecesse cada vez mais: em nível interno, combatendo, no seu próprio interior, doutrinas que estavam em dissonância com a sua doutrina oficial; em nível externo, justificando a autoridade católica não somente em matéria de religião, mas também

em matéria de política, de economia, de sociedade, de cultura e de pensamento. Assim, como depositária da verdade revelada pelo próprio Deus, a Igreja Católica colocava-se na posição de única intérprete legítima dos textos das Sagradas Escrituras, que se tornaram muito mais que meros textos sagrados, pois eram utilizados para se tratar de assuntos que não pertenciam necessariamente à alçada da religião. Desse modo, perante tamanha autoridade dada aos textos bíblicos, quem contrariasse os ensinamentos neles contidos e interpretados pela doutrina oficial católica era réu de juízo e de condenação.

Por serem os textos bíblicos fontes indubitáveis de acesso ao conhecimento da verdade, os pensadores medievais, malgrado as suas peculiaridades, estavam de acordo nesse aspecto. Todavia, divergiam quanto ao fato de o pensamento filosófico greco-latino ser ou não compatível com a revelação bíblica judaico-cristã. Isso fez com que tais pensadores se dividissem entre aqueles que não concebiam compatibilidade entre ambos os pensamentos e aqueles que viam harmonia entre eles. Assim, a Teologia⁴ elaborada pelos pensadores medievais oscilava entre a condenação e a aprovação da Filosofia e da sua utilidade para o próprio pensamento teológico. Desse modo, tanto no primeiro momento do pensamento medieval (denominado *Patrística*⁵) quanto no segundo momento do mesmo (denominado *Escolástica*⁶), os intelectuais cristãos ora verão a Filosofia como uma séria ameaça à consolidação da religião e do pensamento cristão, ora

como um instrumento extremamente profícuo à difusão do Cristianismo.

Diante do quadro traçado até o momento, não seria difícil entender que a educação medieval não poderia estar no domínio de outra instituição a não ser no da Igreja Católica que, desde a queda do Império Romano Ocidental, foi substituindo gradativamente o papel outrora exercido pelo Estado Romano no tocante à educação. Assim, diante das necessidades educacionais que ora se faziam presentes, a Igreja Católica coordenou o tipo de educação que deveriam receber as diversas camadas sociais do período medieval. A nobreza, cuja função estava principalmente ligada à atividade militar, recebia uma educação mais voltada para o desenvolvimento físico e moral. Isso ocorria porque o guerreiro precisava ter um corpo muito bem enrijecido e disciplinado para suportar resignadamente as privações de uma guerra e, ao mesmo tempo, precisava ter uma mente rigorosamente sadia e atenta às virtudes de um espírito moralmente elevado, tais como a honra, a coragem e a devoção ao seu suserano e, sobretudo, à Igreja Romana.

O clero, por sua vez, não recebia uma educação física tão esmerada quanto a dos nobres, uma vez que se restringia à ascese⁷ e à formação intelectual de orientação religiosa. Como a sua função deveria ser conduzir os homens a Deus, era necessário que vivessem muito mais em função do espírito do que do corpo. Apenas uma parcela bem restrita do

clero tinha acesso a uma formação intelectual erudita.

Os plebeus, por sua vez, tinham acesso praticamente a uma educação puramente religiosa, sobretudo por meio da pregação dos clérigos e, principalmente, durante as celebrações eclesiásticas das quais participavam. Ainda vale notar que, no âmbito familiar, as pessoas também recebiam uma educação que as levasse a assumir as tarefas próprias de sua condição, fator esse que contribuía em muito para o espírito de conformismo e de estabilidade social próprio do período medieval.

Até o presente momento, este texto dedicou-se à elaboração de um mosaico que possibilita uma visão de conjunto da Idade Média, enfatizando-se, porém, o seu primeiro período (a Alta Idade Média), visto que o seu segundo momento (a Baixa Idade Média) só poderia ser bem compreendido à luz da prévia compreensão daquele. Destarte, tendo-se considerado suficiente a exposição feita sobre a Alta Idade Média para atender aos objetivos propostos por este texto, passa-se, então, a discutir de forma mais específica sobre a Baixa Idade Média, período em que surgiram os primeiros sinais da decadência e da consequente ruína que esperava o mundo medieval. A Baixa Idade Média pode ser, pois, considerada como a aurora da Modernidade, pois foi o momento em que os parâmetros políticos, econômicos, sociais, culturais e intelectuais começaram a perder a força que tinham durante a Alta Idade Média.

⁴ Discurso racional acerca de Deus e do universo espiritual, bem como de suas relações com o universo material e humano. Do grego Θεος = Deus e λογια = discurso, estudo, ciência.

⁵ Movimento intelectual filosófico e teológico iniciado no seio da cristandade e que perdurou hegemonicamente desde o fim da Antiguidade Tardia (século III) até a Alta Idade Média. Sua denominação deve-se ao fato de ter sido empreendida pelos primeiros Padres da Igreja. Sua essência é o esforço no sentido de afirmar a dignidade, a superioridade e a veracidade do Cristianismo perante as doutrinas não cristãs. O principal representante desse movimento é Santo Agostinho (354-430).

⁶ Movimento intelectual filosófico e teológico iniciado no seio da cristandade e que perdurou hegemonicamente desde o fim da Alta Idade Média até o fim da Baixa Idade Média. Sua denominação é devida ao fato de ter sido engendrada no interior das primeiras Universidades (Escolas). Sua essência é o esforço no sentido de debater sobre a possibilidade ou impossibilidade de conciliação entre Fé (objeto de estudo da Teologia) e Razão (objeto de estudo da Filosofia). Conforme mencionado alhures, Santo Tomás de Aquino é o principal representante desse movimento.

⁷ Isto é, ao exercício de sacrifício físico para se elevar a mente a Deus.

No plano econômico, o sistema feudal começou a mostrar seus primeiros sinais de decadência, uma vez que a sua base, o feudo, já não constituía mais a célula autossuficiente de produção e de consumo. Isso colocava em xeque essa retroalimentação outrora existente no âmbito feudal, ameaçada ainda mais pela queda da produção agrícola originada pelas rudimentares técnicas agrárias que possibilitavam a rapidez do desgaste do solo, provocando, assim, a fome, que levava muitos servos a abandonarem os feudos para se estabelecerem nas margens dos mesmos ou nas cidades. Esse movimento, por sua vez, fazia com que os senhores feudais aumentassem cada vez mais a sua exploração sobre os servos que ainda ficavam nos seus domínios.

No plano social, o êxodo rural fazia com que a população urbana crescesse desordenadamente. Tal fato não era acompanhado por modificações infraestruturais nas cidades feitas, no sentido de acomodar adequadamente o contingente populacional vindo dos feudos, e isso acarretava uma situação extremamente caótica nas cidades que mal conseguiam satisfazer, por exemplo, as condições de saneamento básico, tão necessário a uma vida urbana mais higiênica e, portanto, mais saudável. Diante disso, propiciavam-se condições de proliferação de doenças e de epidemias, como a famosa Peste Negra⁸, responsável pela dizimação de, aproximadamente, um terço da população europeia, caracterizando-se como mais que uma terrível epidemia, mas uma verdadeira pandemia. Além disso, as guerras ocorridas na Baixa Idade Média – dentre as quais destaca-se a

Guerra dos Cem Anos (1337-1453) – contribuíam largamente para o agravio dos quadros de pobreza, de miséria, de fome e de peste.

No plano político, começaram a acirrar-se os choques entre o poder nobiliárquico de origem secular e o poder eclesiástico de origem religiosa, isto é, iniciava-se o questionamento com mais afinco sobre qual dos dois poderes teria preponderância. Esse questionamento se concretizava nas disputas pela hegemonia política entre papas e bispos, representando o poder da Igreja, por um lado, e, do outro lado, senhores feudais, reis e imperadores, representando o poder do Estado. Tais disputas também giravam em torno da separação ou da junção dos poderes estatais ou eclesiásticos, ou seja, se deveria ou não haver interferência mútua entre os negócios da Igreja e os do Estado.

No plano intelectual, iniciaram-se choques entre o pensamento oficial católico, que adquiria novos contornos com o advento da Escolástica, e o pensamento daqueles que deste nos mais diferentes níveis: filosófico, científico e religioso. Assim, como não havia tanta necessidade de afirmar o Cristianismo diante do Paganismo⁹, a Patrística já não se fazia mais praticável, levando a Escolástica a entrar em cena. Longe, porém, de tirar o mérito do pensamento patrístico, o pensamento escolástico, em essência, é uma reafirmação (seguida de uma ampliação) do mesmo, pois tratou de defender o Cristianismo contra seus novos rivais, tanto internos quanto externos: no plano interno, serviu para combater as heresias¹⁰

e, no plano externo, para intimidar os ataques intelectuais de doutrinas de orientação não cristã.

No plano cultural, verifica-se que o surgimento das primeiras universidades é um indício de que a cultura, até então monopolizada pela Igreja Católica, começava a sofrer um processo de laicização: paulatinamente deixava de ser algo cujo acesso era controlado maciçamente pelos membros do clero para ser algo acessível e controlado por pessoas que não necessariamente faziam parte da hierarquia eclesiástica. Em decorrência de tal fenômeno, a própria educação medieval adquiria um novo perfil, uma vez que “todo o universo da educação sofre uma transformação no sentido burguês: especializa-se, articula-se, socializa-se e, gradativamente, também se laiciza, se separa do predomínio eclesiástico, pondo em ação os primeiros germes da Idade Moderna” (Cambi, 1999, p. 152).

Devido ao processo de degeneração do mundo medieval feudal, as reestruturações econômicas, políticas, sociais, culturais e intelectuais rumo ao mundo moderno capitalista desencadearam reestruturações pedagógicas, para atender as novas necessidades de formação e de consolidação do novo modo de produção que surgia, o modo de produção capitalista. Por toda a Europa, organizavam-se várias universidades e corporações de ofício, as quais se tornaram os grandes centros de formação profissional, responsáveis por uma educação que se tornava, paulatinamente, cada vez mais racionalizada, especializada e técnica. A Escolástica tem papel decisivo em todo esse processo, uma vez que:

⁸ Doença infecciosa causada pelo bacilo *Pasteurella pestis* ou *Yersinia pestis*. Manifesta-se principalmente através de três tipos: (a) bubônica (formação de bубões, inchados de cor escura, principalmente nas axilas e nas virilhas, donde a denominação Peste Negra); (b) septicêmica (penetração do bacilo pela corrente sanguínea); (c) pulmonar (manifesta-se como uma espécie de pneumonia). A transmissão é feita por meio da conjugação de um roedor qualquer (principalmente o rato) e de um vetor (pulga). Os primeiros registros dessa doença datam do século XIV a.C e são de origem asiática.

⁹ Termo empregado pelo Cristianismo para se referir a tudo aquilo que não é cristão.

¹⁰ Heresia é toda e qualquer doutrina que, no contexto cristão católico, contraria a doutrina oficial da Igreja Católica.

Assim, a Escolástica prepara uma releitura da educação que envolverá de modo radical e inovador tanto os processos de formação quanto os de aprendizagem. A estes últimos, as universidades deram uma contribuição fundamental com a sua organização de estudos e com os mestres que elaboraram aquelas técnicas de trabalho intelectual, mas os modelos de formação que devem guiar o trabalho educativo foram enfrentados pelos grandes intelectuais da Escolástica, com metodologias derivadas da grande disputa sobre razão e fé que atravessa o florescimento – 1200/1300 – da filosofia escolástica. São as duas ordens mendicantes que delinearam os diversos modelos de teorização: o primeiro – típico dos dominicano –, ligado à valorização da razão, em si e como instrumento para penetrar e desenvolver o significado da fé; o segundo, – ligado aos franciscanos –, destinado a sublinhar a superioridade da fé em relação à razão, a sua “superabundância” também cognoscitiva e, portanto, o privilégio da via mística para conhecer a realidade e para formar o homem. E a grande disputa intelectual ocorrerá num século atravessado por movimentos milenaristas e pauperistas, por fortes tensões heréticas (os albigenses), que manifestam a inquietação dessa sociedade baixo-medieval e o seu caminho para uma emancipação do controle eclesiástico e da organização feudal. Neste riquíssimo contexto, delineiam-se também os novos modelos pedagógicos ainda radicalmente caracterizados pelo cristianismo, mas doravante voltados tanto para uma laicização da vida intelectual como para uma renovação (no sentido laico e ativo) da visão do homem e da vida social (Cambi, 1999, p. 186-187).

Ainda seria de bom alvitre mencionar que, na Baixa Idade Média,

também começam a surgir, no interior da própria Igreja Católica, movimentos de renovação espiritual e moral que desempenharão papel importante na educação. Dentre tais movimentos, destacam-se as ordens religiosas mendicantes, fundadas por São Domingos de Gusmão (1170-1221) e por São Francisco de Assis (1182-1226), denominadas, respectivamente, Ordem dos Frades Pregadores (Dominicano) e Ordem dos Frades Menores (Franciscano). Tais ordens, inicialmente voltadas para uma vida urbana, devotadas à pobreza e à pregação evangélica, posteriormente passaram a ocupar cátedras nas universidades, dedicando-se a estudos de caráter teológico, filosófico e científico.

Um esboço sinóptico sobre a biografia e a produção intelectual de Santo Tomás de Aquino

Em se tratando de discorrer, especificamente, sobre a biografia e a produção intelectual de Santo Tomás de Aquino, há que se verificar que tanto a sua vida quanto a sua obra estão intimamente ligadas a sua devoção pessoal em favor do ensino e, sobretudo, em favor da cristandade. O seu entusiasmo por uma vida consagrada ao magistério eclesiástico era tamanho a ponto de não medir esforços para que a doutrina cristã oficial não se perdesse em meio a tantas heresias que pululavam na Europa do Baixo Medievo. Assim, o Cristianismo passava, tanto na vida quanto na obra do Aquinate, a contar com um dos seus principais defensores cujo

pensamento era capaz de fazer frente à argúcia das doutrinas heréticas que tanto ameaçavam a hegemonia da Igreja Romana. Até os dias atuais, Aquino é uma referência indispensável a quem deseja conhecer uma das maiores sínteses teológicas e filosóficas do pensamento cristão.

Reconhecendo-lhe os méritos em favor da defesa da Igreja Católica, esta o colocou no rol de seus Doutores (os Doutores da Igreja), imputando-lhe os títulos de *Doutor Angélico* (Doctor Angelicus) e de *Doutor Comum* (Doctor Communis). A razão desses títulos deve-se ao fato de que ninguém discorrera sobre os anjos tão bem como ele, assim como a sua produção intelectual é tão ampla a ponto de tornar-se referência comum aos acadêmicos, segundo o parecer oficial eclesiástico. Assim, a existência dessa mente tão insigne merece especial atenção, razão pela qual é proveitoso conhecer, em linhas sumárias, a sua vida e a sua obra.

Santo Tomás nasceu no castelo de Roccasecca, pertencente a uma família nobre da cidade italiana de Aquino, até então pertencente ao Reino de Nápoles. Seus pais chamavam-se Landolfo e Teodora. Não se sabe ao certo se o seu ano de nascimento foi 1224 ou 1225.

Em 1231, o jovem Tomás fora enviado à Abadia¹¹ de Monte Cassino, situada entre Roma e Nápoles. Além de ser abadia da ordem beneditina¹², Monte Cassino era um castelo situado em um território que dividia os domínios fronteiriços pertencentes, respectivamente, aos Estados Pontifícios e Imperiais. Assim, tratava-se de um posto geopolítico extremamente

¹¹ Mosteiro em que reside um abade (superior monástico).

¹² Ordem religiosa fundada por São Bento de Núrcia (480-543/7), razão pela qual recebe o referido nome (de *Benedictus*, em latim). São Bento é considerado o fundador do monaquismo ocidental. Seu lema é: *ora et labora*, ou seja, ‘reza e trabalha’, revelando-se, assim, o caráter fortemente ascético (oração) e prático (trabalho) proposto pelo monge também considerado patrono da Europa, o qual se apropriou de elementos da cultura romana para compor o seu projeto monástico. “O ideal de São Bento, todavia, apesar desta concepção social e prática, deste humanismo e romanismo, é eminentemente ascético e transcendente. O fim último da sua instituição é a salvação e a santificação pessoal e coletiva enveredando pelo caminho dos *conselhos evangélicos*, e não a sociedade monástica ou o seu incremento, e tampouco a sociedade civil ou a civilização, sendo-lhe estes efeitos apenas extrínsecos” (Padovani e Castagnola, 1978, p. 217, grifos dos autores).

mente importante na região, uma vez que mediava os poderes eclesiásticos e imperiais cujos choques iam acirrando-se cada vez mais.

Em 1239, ingressou na Universidade de Nápoles, fundada pelo Imperador Frederico II para competir com a Universidade de Bolonha, fundada pela Igreja Católica. Lá, ao estudar as Artes Liberais¹³, teve os seus primeiros contatos com a Lógica e com a Filosofia Natural (Física) de Aristóteles (384-322 a.C)¹⁴, a qual passava por um processo de redescoberta na Europa Ocidental Cristã, pelo fato de começarem a aparecer diversos textos trazidos pelos judeus e, sobretudo, pelos árabes, cuja autoria lhe era atribuída. A invasão dos textos aristotélicos, até então desconhecidos, causou um grande impacto intelectual, provocando a reação da Igreja Romana. Assim,

quando a obra de Aristóteles chega ao Ocidente, trazida pelos árabes, a Igreja não esconde seu desagrado. Ao universo letrado e cristão da Idade Média apresenta-se uma concepção divergente e sólida da teologia elaborada até então. Evidentemente, a Igreja apressa-se a condenar trechos dos textos aristotélicos. No âmbito universitário, entretanto, a acolhida é boa (Abrão, 2004, p. 114).

O jovem estudante Tomás permaneceu na Universidade de Nápoles até 1244, ano em que conheceu a recém-fundada ordem dominicana, tornando-se membro desta nesse mesmo ano. Tal acontecimento causou forte oposição

de sua família, pois esta não tinha a intenção de permitir que um de seus membros ingressasse numa ordem de pobreza. Em razão disso, seus irmãos armaram-lhe uma emboscada a caminho de Paris, capturando-o e encerrando-o vários meses na prisão.

Depois de lhe ser restituída a liberdade, o jovem Tomás retomou o seu caminho para Paris, lá permanecendo de 1245 a 1248, período em que fez o seu noviciado na ordem dominicana, continuando seus estudos na Universidade de Paris.

No período de 1248 a 1252, o Aquinate travou os seus primeiros contatos com seu amigo e mestre Santo Alberto Magno (1206/7 a 1280), acompanhando-o em sua viagem para Colônia (Alemanha). A figura do *Doutor Universal* (*Doctor Universalis*) – título a ele outorgado pela Igreja – ocupou também um importante lugar de destaque nos âmbitos da filosofia, da teologia e da ciência escolásticas, uma vez que o seu pensamento pode ser considerado a matriz da qual não somente o Doutor Angélico mas também outros autores escolásticos fizeram brotar os seus pensamentos filosóficos, teológicos e científicos.

Após 1252, já ordenado sacerdote, o clérigo Tomás tornou-se professor em Paris. Inicialmente, como é comum a quase toda carreira universitária, começou com cargos subalternos (como o cargo de bacharel sentenciário, que ocupou de 1252 a 1256), elevando-se a cargos superiores (como o cargo de mestre regente

de Teologia, de 1256 a 1259). Nesse período, iniciou a sua atividade literária, escrevendo o *Commentarium de sententiis Petri Lombardi* (Comentário sobre as sentenças de Pedro Lombardo), obra de cunho mais restrito ao ambiente filosófico e teológico da universidade escolástica. Em seguida, começa a redigir a sua *Summa contra gentiles* (Suma contra os gentios), uma exposição da doutrina cristã a ser utilizada pelos missionários cristãos, contendo uma síntese das vias de acesso à verdade tanto por meio da razão quanto por meio da fé. São também desse período as suas *Quaestiones* (Questões), que se subdividem em: *Quaestiones quodliberales* (Questões relativas à liberdade) e *Quaestiones disputatae* (Questões disputadas). Estas últimas constituem trabalhos em que se pode perceber de modo mais pormenorizado o pensamento tomista. As *Questões disputadas* são, por sua vez, intituladas: *De veritate* (Sobre a verdade)¹⁵; *De potentia* (Sobre a potencialidade); *De spiritualibus creaturis* (Sobre as criaturas espirituais); *De anima* (Sobre a alma); *De unione Verbi incarnati* (Sobre a união do Verbo encarnado); *De malo* (Sobre o mal); *De virtutibus in communi* (Sobre as virtudes em comum); *De virtutibus cardinalibus* (Sobre as virtudes cardeais); *De correctione fraterna* (Sobre a correção fraterna); *De spe* (Sobre a esperança); *De beatitudine* (Sobre a beatitude). Também são desse período alguns opúsculos dedicados a estudos sobre Filosofia Primeira (Metafísica¹⁶)

¹³ Nome dado ao currículo básico de estudos universitários; constituído por duas partes, a saber: *trivium* (três vias ou caminhos, em latim), composto pelas seguintes disciplinas: Gramática, Lógica e Retórica; *quadrivium* (quatro vias ou caminhos, em latim), composto pelas seguintes disciplinas: Aritmética, Astronomia, Geometria e Música.

¹⁴ Um dos mais proeminentes filósofos da Antiguidade Clássica Greco-Latina, dentre os quais é o que possui uma das obras mais eruditas e influentes na formação do pensamento ocidental. Note-se, também, que é o pensador que mais influenciou a elaboração do pensamento tomista.

¹⁵ A obra na qual Santo Tomás se debruça sobre a problemática educacional (*De magistro – Sobre o mestre ou Sobre o ensino*), é uma das 11 (onze) *Quaestiones disputatae de veritate* (Questões disputadas sobre a verdade).

¹⁶ *Philosophia Prima* (Filosofia Primeira), Metafísica (o que está além da Física) ou, mais recentemente, Ontologia (estudo do ser enquanto ser), é a parte da Filosofia que se ocupa das questões levantadas acerca da problemática do Ser, problema capital de toda a atividade filosófica; por tal razão, também se denomina a Metafísica *Philosophia Perennis* (Filosofia Perene), isto é, a filosofia por excelência.

e Filosofia Segunda¹⁷ (Física), a saber: *De occultis operationibus naturae* (Sobre as operações ocultas da natureza); *De principiis naturae* (Sobre os princípios da natureza); *De mixtione elementorum* (Sobre a mistura dos elementos); *De motu cordis* (Sobre o movimento do coração); *De ente et essentia* (Sobre o ente e a essência).

Em 1260, fora enviado a Nápoles para organizar os estudos da ordem dominicana. Continuando a compor a *Suma contra os gentios*, que só terminaria em 1264, permaneceu por três anos (de 1261 a 1264) na corte do Papa Urbano IV em Orvieto, sendo enviado, no ano seguinte, a Roma (1265), para dirigir a Escola de Santa Sabina. Nesse período, começou a escrever os seus *Commentaria de operis Aristotelis* (Comentários sobre as obras de Aristóteles) e a sua obra magna, a *Summa theologiae* (Suma de teologia), que, infelizmente, não pôde terminar. Em 1267, ascendendo ao trono pontifical o Papa Clemente IV, este o chamou a sua corte, em Viterbo, onde permaneceu até 1268. São também desse período seus escritos de Filosofia Social: *De emptione et venditione* (Sobre a compra e a venda), de 1262; *De regimine Iudeorum ad ducissam Brabantiae* (Sobre o governo dos judeus à duquesa de Bragança), também do mesmo ano; e *De regimine principum ad regem Cypri* (Sobre o governo dos príncipes ao rei de Chipre).

Em 1269, retornou a Paris, em cuja universidade exerceu a regência, pela segunda vez, de sua cátedra, aí permanecendo até 1272. Continuaram os seus escritos: *De aeternitate mundi contra murmurantes* (Sobre

a eternidade do mundo contra os murmurantes); *De unitate intellectus contra Averroistas* (Sobre a unidade do intelecto contra os averroístas¹⁸); *De substantiis separatis* (Sobre as substâncias separadas); *De quattuor oppositis* (Sobre os quatro opositos); *De propositionibus modalibus* (Sobre as proposições modais); *De demonstratione* (Sobre a demonstração); *De fallaciis* (Sobre as falácias); *De natura accidentis* (Sobre a natureza do acidente); *De natura generis* (Sobre a natureza do gênero); *De natura verbi intellectus* (Sobre a natureza da palavra do intelecto); *De differentiis verbi divini et humani* (Sobre as diferenças da palavra divina e humana); *De natura materiae* (Sobre a natureza da matéria); *De instantibus* (Sobre os instantes); *De principio individuationis* (Sobre o princípio da individuação).

Em 1272, retornou a Nápoles, exercendo a cátedra de regente de Teologia até o ano seguinte. A caminho do Concílio de Lyon, em 1274, veio a falecer. O pensamento escolástico encontrava-se, pois, órfão de um de seus principais sintetizadores. Todavia, a Igreja Católica ganhava, com a sua morte, mais um de seus santos, uma vez que, em 1323, foi canonizado pelo Papa João XXII.

O legado filosófico e teológico de Santo Tomás de Aquino é de uma riqueza *sui-generis*. A sua grande habilidade intelectual, aliada a sua intensa laboriosidade como escritor, propiciou-lhe a autoria de uma erudita produção acadêmica que reunia, em seu bojo, as tradições filosóficas greco-latinas com as tradições teológicas judaico-cristãs. Destarte, obteve-se como resultado uma das

maiores sínteses já produzidas, no âmbito da civilização ocidental, entre a filosofia grega e a religião cristã, haja vista que a obra do Doutor Angélico representa, sobretudo para a cristandade, um dos seus grandes baluartes para a sua sustentação intelectual. Consequentemente, sua herança pode ser seguramente considerada, até então, como o ápice da Filosofia e, principalmente, da Teologia cristã, pois, dentre todos os pensadores já produzidos no seio do Cristianismo, nenhum tem sido tão celebrado quanto ele. Até os dias atuais, o seu pensamento tem-se prestado, por sua vez, à orientação para a manutenção do pensamento cristão católico em geral e, em particular, tem sido útil à elaboração de uma pedagogia voltada para o primado do Cristianismo Romano.

Como exemplificação, basta verificar, mormente junto à Igreja Católica Apostólica Romana, que os seus mais diversos órgãos e instituições, principalmente aqueles dedicados a atividades de formação (seminários, universidades, mosteiros, conventos etc.), pagam tributo, direto ou indireto, à influência do Aquinate. Além disso, o método do qual se servia para expor não só o seu raciocínio, mas também o raciocínio daqueles que divergiam do seu pensamento e daqueles que com ele concordavam, revela a vocação extremamente aberta do pensamento tomista, o qual não se intimidava diante dos argumentos contrários e procurava, assim, verificar-lhes a consistência.

Desse modo, percebe-se que o seu trabalho intelectual sintetiza sem precedentes o espírito da universidade medieval, a qual

¹⁷ Filosofia Segunda, Filosofia Natural ou Física, nos contextos antigo e medieval, são termos intercambiáveis, uma vez que se tratavam da parte da Filosofia que se ocupava das questões acerca da problemática do mundo natural (natureza, de *natura*, em latim, que traduz o termo grego φύσις = *physis*, donde provém a palavra física (φύσικη = estudo da natureza).

¹⁸ Partidários do pensamento filosófico desenvolvido por Ibn Roschd (conhecido também por Averróis, 1126-1198), filósofo e médico árabe. Em síntese, o averroísmo sustenta que a verdade é dupla, ou seja, ora é da alcada da razão, ora é da alcada da fé. Averróis teve um papel muito importante na redescoberta do pensamento aristotélico durante a Baixa Idade Média, pois é seu mérito a elaboração de comentários feitos sobre as obras de Aristóteles, razão pela qual é denominado o Comentador (de Aristóteles). É assim que Santo Tomás se refere a ele em sua obra.

procurava, através do exercício da *quaestio disputata*¹⁹, dar vez, voz e razão aos divergentes argumentos que se digladiavam no ataque ou na defesa das mais diversas teses. Esperava-se, com isso, que os conflitos provocados pelos referidos argumentos pudessem ser definitivamente cessados mediante a análise de sua validade. Isto levaria ao descobrimento de sua veracidade ou de sua falsidade o que, consequentemente, significaria a sua aceitação ou a sua refutação.

O método escolástico, na versão de Santo Tomás, aprimorado, ao máximo, pela sua erudição, embora se tenha reduzido, vez por outra, ao puro e enfadonho dilettantismo universitário, pode, em contrapartida, ser tomado como um instrumento extremamente útil à pedagogia hodierna. Tal técnica, ao elucidar questões, lida com argumentos convergentes e divergentes, somados a uma resolução e uma refutação dos argumentos inconsistentes. Sob um prisma educacional, é um recurso válido e produtivo para desenvolver, no educando, habilidades intelectuais a partir de duas disciplinas imprescindíveis a uma formação compatível com as exigências do exercício de um pensar coerente e coeso, quais sejam: a Lógica²⁰ e a Dialética²¹.

Ao discorrer sobre os principais temas presentes no legado filosófico e teológico de Santo Tomás de Aquino, verifica-se que, direta ou indiretamente, eles convergem para a problemática máxima de toda a filosofia escolástica: a questão da fé e da razão. Assim, é do seu pensamento em torno de tal questão que deriva todo o resto de sua filosofia e de sua teologia

(aqui se incluindo o seu pensamento educacional). Esta é a razão pela qual cumpre verificá-lo, o que é igualmente proveitoso para o debate pedagógico contemporâneo, no que diz respeito a questões acerca da viabilidade ou não de se tratar, em âmbito escolar, de problemas pertinentes a crenças, ou seja, se é lícito ou não implantar o ensino religioso nas escolas e, em caso afirmativo, de que maneira.

Embora outros autores anteriores ao Aquinate já tenham tratado da supracitada questão, nota-se que isso fora feito no sentido de delimitar as esferas tanto da fé quanto da razão, mostrando-se a independência entre elas. Contudo, a partir do pensamento tomásico, observa-se que existe uma relação de interdependência entre ambas, uma vez que são reciprocamente suplementares, precisando, pois, uma da outra para melhor se compreenderem. Tal dependência mútua parte do pressuposto de que existe harmonia entre elas (pressuposto esse ainda hoje adotado, de um modo geral, pelas tendências pedagógicas confessionais ou religiosas), uma vez que:

O Aquinate deduz essa harmonia de um princípio assaz simples: a razão, como natureza criada por Deus, e a fé, como revelação do mesmo Deus, não podem contradizer-se, visto procederem da mesma fonte de verdade. Mais exato seria dizer que uma e outra contradizem ao erro. Pois o que pertence à própria natureza da razão é forçosamente verdadeiro, a ponto de o seu contrário ser simplesmente impensável – haja vista o caso dos primeiros princípios. O mesmo vale de tudo quanto nos é assegurado pela revelação divina (Boehner e Etienne, 1988, p. 451).

Apesar dessa harmonia entre a fé e a razão, concebida pelo Doutor Angélico, existe uma relação de subordinação da segunda com relação à primeira, uma vez que esta é a luz sobrenatural da revelação divina, que traz ao ser humano a verdade vinda diretamente do próprio Deus. Isso a torna a fonte superior da verdade, ao passo que aquela é a luz natural da mente humana, que lhe possibilita a busca pelo conhecimento da verdade pelos seus próprios recursos, o que a torna a fonte inferior da verdade. Assim, firma-se não apenas um dos princípios fundamentais do pensamento teológico e filosófico sob a ótica cristã, mas também um dos alicerces primários sobre os quais se tem edificado as mais diversas tendências pedagógicas de orientações cristãs. Estas tendências, de algum modo ou de outro, objetivam oferecer uma formação tal que faça do educando, acima de tudo, um fiel, ainda que se trate de um crente a que se permita raciocinar.

Uma vez que é a razão o objeto de estudo da Filosofia (cujo propósito é descobrir verdades racionais) e a fé o objeto de estudo da Teologia (cujo intuito é esclarecer verdades reveladas), segue-se que a Filosofia está, pois, subordinada à Teologia. No entanto, existe também uma relação de interdependência entre elas, pois a Filosofia pode prestar serviços à Teologia assim como esta pode prestar serviços àquela, ainda que os métodos de uma e de outra sejam diferentes, pelo fato de que

¹⁹ Questão disputada: atividade extremamente explorada pela universidade medieval, que consistia em: primeiro, estabelecer uma tese (afirmação ou negação de algo); segundo, reunir os argumentos que a endossam e que a refutam; terceiro, apresentar uma solução para os impasses provocados pela divergência dos argumentos, o que, necessariamente, desemboca ou na aceitação da referida tese, juntamente com os seus argumentos, ou na rejeição da mesma, com os respectivos argumentos.

²⁰ De modo geral, aqui se entende por Lógica a ciência que se ocupa do estudo dos princípios ou das leis que regem o raciocínio válido (silogismo) ou inválido (sofisma).

²¹ Em síntese, define-se a Dialética como a arte de argumentar bem, ou a técnica de dar e de pedir razões em uma determinada disputa intelectual.

embora haja problemas que interessam tanto ao filósofo e ao teólogo, cada qual os trata de maneira de maneira distinta. *O filósofo tira seus argumentos das essências das coisas, ou seja, de suas causas próximas. O teólogo, ao contrário, parte sempre da Primeira causa ou de Deus*, servindo-se, principalmente, de três classes de argumentos: ora afirma uma verdade, baseando-se na autoridade da revelação divina; ora apela à glória infinita de Deus, cuja perfeição se trata de salvaguardar; ora reporta-se ao poder infinito de Deus, que transcende os limites da ordem natural (Boehner e Etienne, 1988, p. 450, grifo dos autores).

Para que se possa compreender de modo mais claro e preciso todo o conjunto da argumentação empreendida por Santo Tomás, no sentido de demonstrar a harmonia existente entre fé e razão, entre Filosofia e Teologia e entre verdade racional e verdade revelada, é necessário colocar-se na perspectiva segundo a qual se notam alguns pressupostos dos quais o Aquinate parte para construir tal tipo de pensamento: (a) o pressuposto de que existe contato entre Deus e o homem, no qual Aquele se revela a este através da fé, comunicando-lhe a verdade; (b) o pressuposto de que o homem, na qualidade de criatura feita à imagem de seu Criador (Deus), é um ser racional, o que significa estar em condições tanto de buscar quanto de compreender a verdade; (c) o pressuposto de que a verdade, tanto sob o prisma da fé quanto sob o prisma da razão, é algo único, porém aces- sado por caminhos diferentes; (d) o pressuposto de que a verdade é o resultado do ajuste da mente consigo mesma ou da mente com algo que

lhe é externo, ou seja, “a verdade é a *adæquatio rei et intellectus*”²² (Boehner e Etienne, 1988, p. 475).

Tais pressupostos também ajudam a compreender outras questões tratadas no conjunto da obra tomista, como, por exemplo, Deus, o conhecimento, o ser humano e a educação.

Como pensador cristão, Santo Tomás serve-se da Filosofia para que possa deduzir, racionalmente, a existência de Deus, que ele não questiona (assim como o fazem as teorias pedagógicas de orientações religiosas); ao contrário, mostra como se pode inferir a Sua existência através das *quinque viae* (cinco vias), isto é, dos cinco caminhos que a razão pode percorrer para concluir, daí, a existência de Deus. São elas:

(i) *O argumento do primeiro motor*: se tudo aquilo que existe é movido por algo, necessariamente haverá um primeiro motor, que tudo faz mover sem ser por nada movido, pois seria impossível remeter-se infinitamente a uma causa motriz; esse primeiro motor só pode ser, portanto, Deus.

(ii) *O argumento da primeira causa eficiente*: se tudo aquilo que existe tem a sua causa eficiente, isto é, aquilo que lhe proporcionou existência imediata, necessariamente haverá uma causa eficiente que, em última instância, seja responsável por tudo aquilo que existe; essa primeira causa eficiente só pode ser, portanto, Deus.

(iii) *O argumento do existente necessário*: se tudo aquilo que existe poderia ou não existir, uma vez existindo significa que, então, necessariamente existe algo, pois, se não existisse esse Ser Necessário, nada mais existiria; esse Ser Necessário, portanto, só pode ser Deus.

(iv) *O argumento pelos graus de ser*: se tudo aquilo que existe tem diferentes graus de ser, ou seja, alguns seres são mais perenes, outros mais

efêmeros, uns mais perfeitos e outros mais imperfeitos, verifica-se que há uma escala ou uma hierarquia entre esses mesmos seres; assim, deve existir um ser que esteja no topo de tal hierarquia, com o máximo de ser, de perfeição e de perenidade; esse ser, portanto, só pode ser Deus.

(v) *O argumento do governador supremo das coisas*: se a totalidade dos seres obedece a um governo, ou seja, a uma ordem, é preciso que haja um ser responsável por ele; esse ser, portanto, só pode ser Deus.

Ao discorrer sobre o conhecimento, o Doutor Angélico argumenta que, a rigor, existem dois tipos de conhecimento: o conhecimento sensitivo e o conhecimento intelectivo. O primeiro é aquele que se tem através dos cinco sentidos (visão, audição, olfato, gustação e tato) e está voltado para os objetos sensíveis (coisas) – produto das sensações; o segundo, por sua vez, é aquele que se tem através do intelecto (mente, razão, inteligência), voltado para os objetos inteligíveis (ideias) – produto das abstrações. O ponto de partida para o início do processo de conhecimento é sempre o conhecimento sensitivo.

Em relação ao ser humano, Santo Tomás concebe-o sob a tradicional perspectiva dualista alma-corpo, firmada, como é sabido, desde os antigos gregos. Embora sejam essas as duas dimensões fundamentais do ser humano, ele não concede que o homem seja apenas a sua alma, tampouco apenas o seu corpo, uma vez que, para que se tenha o homem, é preciso que se tenha, necessariamente, a unidade substancial entre alma e corpo (uma de suas concepções herdadas de Aristóteles). Desse modo, a partir de duas substâncias (alma e corpo) formando

²² Adequação da coisa e do intelecto, ou seja, trata-se de um ajustamento entre aquilo que se encontra na realidade e aquilo que a representa na mente. Esta é uma das mais celebradas concepções acerca da verdade disponível nos anais da história da civilização ocidental, a qual, por sua vez, tem servido de embasamento para sustentar teorias e práticas pedagógicas que partem, por sua vez, do pressuposto de que o processo educativo resume-se ao fato de fazer com que se promova, no ser humano, esta correspondência entre o mundo e a mente, razão pela qual passar em revista o pensamento tomásico significa revisitar um dos principais baluartes da filosofia e da pedagogia de orientação cristã.

o homem, ambas se fundem em apenas uma (o *síntese* aristotélico), o que significa que, no ser humano, não pode haver alma sem corpo nem corpo sem alma, pois uma alma sem um corpo seria um anjo ou mesmo Deus, ao passo que um corpo sem alma seria um cadáver.

Por ser a natureza humana um composto (síntese) de alma e de corpo, constitui o elo que une o sensível ao inteligível, o concreto ao abstrato, o espiritual ao material, o efêmero ao eterno. Assim, a antropologia tomista procura apresentar a humanidade em sua totalidade e, consequentemente, a pedagogia que daí se depreende admitirá que, ao ser educado, o ser humano terá, assim, tanto uma dimensão imanente (que concerne a sua vida terrena ou corpórea) quanto a sua dimensão transcendente (que se refere a sua vida celestial ou espiritual, que se consumará no *post-mortem*).

Em se tratando de discorrer sobre a educação, percebe-se que Santo Tomás não elaborou uma obra que se detivesse de forma mais demorada sobre a problemática educacional, tal como nos dias atuais se requer para se ser considerado um teórico ou mesmo um filósofo da educação. Entretanto, isso não significa que ele não desse nenhuma importância a tal assunto. A discussão empreendida em sua obra intitulada *Sobre o ensino* (que, conforme mencionado anteriormente, é parte de outra obra sua – *Questões disputadas sobre a verdade*) gira em torno apenas das seguintes questões:

- (a) Quem pode ensinar e ser chamado mestre? Ambos, Deus e o homem, ou apenas Deus?
- (b) Alguém pode ser mestre de si mesmo?
- (c) O homem pode ser ensinado por um anjo?
- (d) Ensinar é um ato da vida ativa ou da vida contemplativa?

Ao traçar o seu quadro de abordagem através das questões levantadas, o Aquinate, embora restringindo-se apenas a uma das várias dimensões da problemática educacional, revela, em contrapartida, a sua concepção de educação forjada a partir de elementos oriundos do seu pensamento como um todo, sobretudo as suas concepções acerca de Deus e do homem. Desse modo, pode-se perceber que, para se compreender o que Santo Tomás pensa acerca da educação, é necessário ter em mente sua teologia, sua filosofia e sua antropologia, pois a teoria e a prática que constituem a educação em geral nada mais são do que um conjunto de teorias e de práticas decorrentes de fundamentações de diversas matrizes. Nesse sentido, a educação é um conjunto que “abraça elementos científicos – biológicos, psicológicos, sociológicos [...] – e elementos não científicos – concepções filosóficas do mundo e do homem, morais, estéticas, políticas, teológicas” (Fullat, 1995, p. 70). Assim, justifica-se a apresentação, em primeiro momento, do pensamento geral legado pelo Doutor Comum, uma vez que isso possibilita abranger com melhor compreensão a especificidade de seu ideário educacional registrado em suas considerações acerca do ensino em geral.

Em referência a quem compete com a devida propriedade o título de mestre precisamente no primeiro artigo do *Sobre o ensino*, Santo Tomás argumenta (depois de passar em revista os posicionamentos tanto daqueles que só atribuíam a Deus o título de mestre como daqueles que alegavam ter o ser humano igualmente a capacidade de ensinar) que tanto Deus como o homem podem ser considerados mestres. Ressalta, todavia, que não o podem do mesmo modo, uma vez que o ensino divino é feito no interior da mente humana e é o principal para ela, pois o conhe-

cimento da verdade, que é a luz da mente, dá-se por iluminação direta vinda de Deus, tanto pela via natural (razão) quanto pela via sobrenatural (revelação). O ensino humano, por sua vez, é exterior à mente e secundário para ela, porque pressupõe, em seu exercício na mente do educando, ora a razão (luz natural), ora a revelação (luz sobrenatural), ora ambas. Isso significa que o ensino humano é coadjutor do ensino divino, razão pela qual Deus é o mestre por excelência, e o ser humano pode ser o mestre auxiliar. Explanando-se ainda mais, nada melhor do que citar, pela tradução de Luiz Jean Lauand, as próprias palavras do mestre Aquinate, para concluir estas suas considerações acerca de quem é o autor do ensino:

Ora, o conhecimento preexiste no educando como potência não puramente passiva, mas ativa, senão o homem não poderia adquirir conhecimentos por si mesmo. E assim como há duas formas de cura: a que ocorre só pela ação da natureza e a que ocorre pela ação da natureza ajudada pelos remédios, também há duas formas de adquirir conhecimento: de um modo, quando a razão por si mesma atinge o conhecimento que não possuía, o que se chama *descoberta*; e, de outro, quando recebe ajuda de fora, e este modo se chama *ensino*. Mas nos casos em que se trata conjuntamente de natureza e arte, a arte deve atuar do mesmo modo e valendo-se dos mesmos meios com que atua a natureza: por exemplo, a natureza, em um doente que padece por sofrer frio, restabelece a saúde proporcionando-lhe aquecimento – é precisamente isso que deve fazer o médico: daí que a arte imite a natureza. E assim, do mesmo modo, no ensino: o professor deve conduzir o aluno ao conhecimento do que ele ignorava, seguindo o caminho trilhado por alguém que chega por si mesmo à descoberta do que não conhecia.

Ora, o processo pelo qual a razão chega ao conhecimento mediante a *descoberta* de coisas desconhecidas

consiste em aplicar princípios gerais e evidentes a determinadas matérias e daí chegar a algumas conclusões particulares e, destas, por sua vez, chegar a outras etc. E é por isso que se diz que o professor ensina o aluno: porque este processo da razão – que a razão natural faz em si – é proposto de fora pelo professor por meio de sinais e, assim a razão do aluno – por meio do que lhe é proposto como certos instrumentos de ajuda – atinge o conhecimento do que ignorava. E do mesmo modo que se diz que o médico causa a saúde no doente pela atuação da natureza, também se diz que o professor causa o conhecimento no aluno com a atividade da razão natural do aluno. E é nesse sentido que se diz que um homem ensina a outro e se chama mestre.

[...]

Tenha-se em conta, porém, que essa luz da razão, pela qual conhecemos os princípios, foi posta em nós por Deus como uma certa semelhança da Verdade incriada em nós. Daí que, como todo ensino humano depende dessa luz, é claro que é só Deus quem interior e principalmente ensina, do mesmo modo que dizíamos que é a natureza que interior e principalmente cura; no entanto, no sentido que discutimos, pode-se falar propriamente que o homem ensina e cura (Aquino, 2001, p. 31-33, grifos do autor).

Depois de ponderar sobre as dimensões divina e humana do ensino, Santo Tomás prossegue, no segundo artigo do *De Magistro*, apresentando a questão da possibilidade de alguém ser considerado mestre de si mesmo. Ao coligirem-se tanto os argumentos que endossam a possibilidade de alguém ser mestre de si mesmo quanto os argumentos daqueles que contestam tal possibilidade, o Aquinate percebe que seria difícil concordar que alguém pudesse ensinar-se a si mesmo, depois de ele já ter estabelecido a diferença entre ensino e descoberta, sem incorrer, entretanto,

em contradição. O ensino é, segundo a perspectiva tomista, uma atividade que, no âmbito mental, vem de fora para dentro, ou seja, trata-se de um processo externo à mente, no qual um agente (Deus, o homem ou ambos) atualiza na mente o conhecimento que anteriormente existia tão somente como mero potencial. Ora, embora a mente possa, por si mesma, executar tal processo de atualização, trata-se, porém, de um processo de descoberta, mas não de ensino, que requer exterioridade, e isso implicaria no fato de a mente ter de pôr-se fora de si mesma para que possa ser mestra de si mesma, o que é impossível. Desse modo:

Certamente, com a luz da razão que nele radica, alguém pode, sem ajuda de um ensino exterior, chegar ao conhecimento de muitas coisas ignoradas, como é evidente em todos aqueles conhecimentos que alguém descobre. E assim, pode-se dizer que alguém seja causa de seu saber, mas não por isso se pode chamar propriamente mestre de si mesmo nem dizer que se ensina a si mesmo. [...] Ora, o ensino pressupõe um perfeito ato de conhecimento no professor; daí que seja necessário que o mestre ou quem ensina possua de modo explícito e perfeito o conhecimento cuja aquisição quer causar no aluno pelo ensino. Quando, porém, alguém adquire o conhecimento por um princípio intrínseco, aquilo que é causa agente do conhecimento só o é em parte, a saber, quanto às razões seminais do conhecimento, que são os princípios comuns. E não se pode, por conta de uma tal causalidade, aplicar com propriedade o nome de professor ou mestre (Aquino, 2001, p. 41-42).

No terceiro artigo de *Sobre o ensino*, o Aquinate discute se é possível ao ser humano ser ensinado por um anjo²³ ou não. Novamente apresentando os argumentos a favor

e contra tal possibilidade e vinculando-se à tradição religiosa e teológica judaico-cristã, para a qual existem seres espirituais e racionais intermediários entre Deus e os homens, que podem, assim, comunicar-se com os mesmos, o Doutor Angélico afirma que é possível ao ser humano ser ensinado pelo ser angélico pelo fato de que este, por ser superior ao homem, que pode ensinar, também o pode, mas não do mesmo modo que Deus, já que é inferior a Ele. Dessa forma, o anjo tem de ter uma maneira própria de ensinar, melhor do que a do homem e pior do que a de Deus. Assim, Santo Tomás conclui que o anjo, por estar em contato direto com a face de Deus, que é a luz do conhecimento, pode, destarte, comunicar essa luz divina à mente humana melhor do que qualquer ser humano poderia fazê-lo, mas não com a mesma intensidade e profundidade com a qual o próprio Deus o faz.

Já o anjo, como possui naturalmente uma luz intelectual mais perfeita do que a do homem, pode ser [...] causa do conhecimento, se bem que de modo inferior ao de Deus, mas superior ao do homem. Quanto à luz, se bem que não possa infundir a luz intelectual como o faz Deus, pode, no entanto, fortalecer a luz infusa para que o homem veja mais perfeitamente. Pois tudo aquilo que é imperfeito em algum gênero recebe um fortalecimento quando se une a algo que é mais perfeito no gênero, como se vê também nos corpos: o corpo contido em um lugar é potenciado pelo corpo que o contém, que se relaciona com ele como ato para potência, como diz Aristóteles [...]. Também por parte dos princípios pode o anjo ensinar a um homem. Certamente, por não comunicar o conhecimento dos princípios, como o faz Deus, nem propondo, por sinais sensíveis, a dedução das conclusões dos princípios, como faz o homem, mas formando na imaginação algumas espécies que podem se formar

²³ A palavra anjo é de origem grega (*ἄγγελος*) e significa *mensageiro*. De acordo com a tradição religiosa e teológica judaico-cristã, são os mensageiros de Deus, seres superiores aos homens e inferiores a Ele, criados para a Sua adoração, glória, louvor e serviço junto aos homens.

pelo estímulo de órgão corporal, como acontece com os que dormem ou com os que padecem de doença mental, os quais, segundo a diversidade de vapores que sobem à cabeça, têm diversos fantasmas. E deste modo, “mediante o contato com um outro espírito, pode acontecer que, servindo-se de imagens desse tipo, um anjo mostre as coisas que ele conhece”, como diz Agostinho [...] (Aquino, 2001, p. 52-53).

Partindo para o quarto e último artigo de seu *De Magistro*, Santo Tomás questiona se o ato de ensinar pertence à vida ativa ou à vida contemplativa. Como nos artigos anteriores, o procedimento adotado não se diferencia, pois são reunidos os argumentos daqueles que defendem o ensino como dimensão exclusiva da vida contemplativa e daqueles que defendem o ensino como dimensão exclusiva da vida ativa. Ao posicionar-se perante tal questão, o Doutor Comum propõe, anteriormente, um esclarecimento sobre os caracteres próprios da vida ativa e da vida contemplativa. Assim, Santo Tomás propõe a compreensão do significado de tais expressões, apresentando a vida ativa como a dimensão prática da existência humana. Em outras palavras, nesta reside o conjunto de todo e qualquer tipo de ação²⁴ que o ser humano possa cometer ou omitir, sendo, por seu turno, a vida contemplativa a expressão que traduz a dimensão teórica da existência humana, que se traduz no conjunto de todo e qualquer tipo de teoria²⁵ que o ser humano possa elaborar, observar ou compreender.

Conhecendo-se o significado de vida ativa e de vida contemplativa, entende-se melhor a argumentação tomista tocante ao fato de que ambas são diferentes pelo seu conteúdo e por sua finalidade. A vida ativa tem por conteúdo o conjunto da realida-

de na esfera da temporalidade, ou seja, diz respeito a tudo aquilo que é efêmero na existência humana, enquanto a vida contemplativa tem o conjunto da realidade na esfera da eternidade, referindo-se a tudo aquilo que é peremptório na existência humana. Assim, a finalidade da vida ativa é a orientação da ação da existência humana no âmbito do plano terreno, material e sensível, e a finalidade da vida contemplativa, por sua vez, é a orientação da contemplação da existência humana no âmbito do plano celeste, espiritual e inteligível. O ensino, de acordo com tal perspectiva, pertence tanto à vida ativa quanto à vida contemplativa. Todavia, pertence mais à primeira do que à segunda, conforme pode ser corroborado pelo próprio Aquinate:

A vida contemplativa e a vida ativa distinguem-se pelo fim e pela matéria. Pois a matéria da vida ativa são as realidades temporais sobre as quais versam os atos humanos; a matéria da vida contemplativa são as essências inteligíveis das coisas, sobre as quais se detém o contemplativo. Essa diversidade de matéria decorre da diversidade de fins, como, aliás, acontece nos outros campos: a matéria é determinada segundo a exigência da finalidade. E o fim da vida contemplativa – no que tange a este estudo – é a consideração da verdade, da verdade incrida, de acordo com o modo possível a quem contempla: nesta vida, imperfeitamente; na futura, perfeitamente. Daí que Gregório [...] diga que “a vida contemplativa inicia-se nesta vida para perfazer-se na pátria celeste”. Já o fim da vida ativa é a ação, pela qual nos voltamos para as necessidades do próximo. Ora, no ato de ensinar encontramos uma dupla matéria, o que se verifica gramaticalmente pelo fato de que “ensinar” rege um duplo acusativo: ensina-se – uma matéria – a própria realidade de que trata o ensino e ensina-se – segunda matéria – alguém, a quem o conhe-

cimento é transmitido. Em função da primeira matéria, o ato de ensinar é próprio da vida contemplativa; em função da segunda, da ativa. Porém, quanto ao fim, o ensinar é exclusivamente da vida ativa, pois sua última matéria, na qual se atinge o fim proposto, é matéria da vida ativa. Daí que pertença mais à vida ativa do que à contemplativa, se bem que de algum modo pertença também à vida contemplativa, como dissemos (Aquino, 2001, p. 60-61).

Santo Tomás não se dedicou aos problemas pedagógicos com a mesma intensidade verificada nas questões filosóficas e teológicas por ele tratadas. Prova disso é que suas ideias acerca da educação nada mais são do que um subcapítulo que, por sua vez, encaixa-se em um contexto maior, no qual ele discute indagações acerca do conceito da verdade. Contudo, tal fato não implica afirmar que o seu pensamento tenha sido de importância nula para a história da educação, sobretudo para a história da educação eclesiástica. O seu estudo tem servido para lançar mais esclarecimento sobre as experiências educativas feitas no seio da Igreja Romana, a qual constitui, por sua vez, uma das mais influentes instituições ocidentais.

Ademais, o pensamento tomásico tornou-se, em geral, uma das doutrinas oficiais do catolicismo romano em particular, endossado pelos mais altos escalões da hierarquia eclesiástica, transformando-se em requisito imprescindível para uma formação clerical, conforme as exigências intelectuais requeridas da parte daqueles destinados a compor o governo da Igreja.

Seria de bom alvitre acrescentar ainda que o tomismo tem assumido uma nova forma, sobretudo na contemporaneidade, incorporando contribuições de outras correntes filosóficas e revigorando-se, pois, como

²⁴ Do latim, *actio*, que, em grego, é πρᾶξις (práxis), donde vem a palavra prática (πρᾶκτικη, em grego).

²⁵ Do latim, *theoria*, que, em grego, é θεωρία (houve, no latim, apenas transliteração do grego). Significa *contemplação* ou *especulação*.

uma filosofia que prossegue admitindo a conciliação com a teologia, o que confere sequência ao trabalho iniciado pelo seu fundador, em sua faina quotidiana de educador, esmerando-se em ajustar as verdades da fé (Teologia) com as da razão (Filosofia). Como testemunho deste expandir e deste revigorar da teologia filosófica ou da filosofia teológica tomásica, são citados Durozoi e Roussel, os quais advogam que:

[...] o *tomismo* ultrapassou o contexto da ordem dos dominicano e desenvolveu-se a partir do século XVI. A filosofia de São Tomás foi imposta em 1879 pelo papa Leão XIII, que queria lutar contra a mediocridade do nível intelectual nos seminários. Monsenhor Mercier, em Louvain, e sobretudo seus discípulos adotarão a doutrina levando em conta as contribuições da filosofia e da ciência modernas. É então que aparece o *neotomismo*, que prossegue sua carreira tentando integrar principalmente elementos provenientes da fenomenologia e do existencialismo (Durozoi e Roussel, 1993, p. 470, grifos dos autores).

Considerações finais

Apesar de Santo Tomás de Aquino ser um teólogo e um filósofo de grande peso no âmbito da história geral do pensamento cristão ocidental, uma vez que o seu pensamento em particular constitui uma das grandes análises e sínteses do pensamento cristão em geral, as suas considerações educacionais ainda são, no entanto, muito pouco estudadas e difundidas, razão pela qual este texto propõe-se a fazê-lo.

De acordo com o que atesta o seu *De Magistro*, verifica-se que há uma preocupação de ordem educacional no âmbito geral do sistema filosófico e teológico tomista, embora tal preocupação não seja tratada de forma tão abrangente e profunda a ponto de ser considerada um sistema filosófico ou mesmo teológico da educação ou da

pedagogia, por não discorrer sobre questões atualmente imprescindíveis para que uma abordagem seja considerada uma sistemática de educação ou de pedagogia, tais como aquelas relacionadas aos conceitos de educação e de pedagogia e as relacionadas aos objetivos e às finalidades da educação.

Assim, por não discorrer, seja de forma sistemática, seja de forma subsistêmática, acerca de seu ideário educacional ou pedagógico, não se pode conferir a Santo Tomás de Aquino, de acordo com o que requer o atual significado da expressão, a patente de filósofo (tampouco de teólogo) da educação. Isso se explica pelo fato de que a educação e a pedagogia em seu sistema filosófico e teológico não ocupam posições às quais são dedicadas reflexões muito amplas e intensas.

Não se deve acreditar, contudo, que se devam ignorar por completo as reflexões de cunho educacional, esboçadas no *De Magistro*, porque tais reflexões possibilitam melhor compreensão do caráter de uma educação ou de uma pedagogia de orientação cristã, e, sobretudo, desdobramentos de ordem teórica e prática para a construção de uma educação e de uma pedagogia de inspiração tomista.

O *De Magistro* é um exemplo de registro histórico da Teologia, da Filosofia e da educação escolástica, seja em seus méritos, seja em seus deméritos, razão pela qual tal obra constitui um dos possíveis pontos de partida para que se possam fazer extrapolações, tanto de ordem teórica quanto de ordem prática, no que diz respeito à história e à filosofia da educação.

Além disso, esse livro pode ser uma chave para franquear o acesso à construção de um pensamento pedagógico que, por sua vez, inspirando-se nas concepções filosóficas e teológicas tomistas (ou mesmo neotomistas), sirva de orientação para a elaboração de uma pedagogia voltada ao trabalho de empreender uma educação que faça

com que os indivíduos saibam conviver, em um ambiente de tolerância ou de respeito mútuos, com as mais diferentes convicções, sejam elas de cunho religioso, ou mesmo de cunho filosófico ou científico. Esta pedagogia deve sempre considerar um dos principais pressupostos de Santo Tomás de Aquino: tanto a fé quanto a razão, por procederem de uma mesma fonte, que é Deus, não podem, tampouco devem, em absoluto, contradizerem-se reciprocamente. Isso justificaria uma convivência pacífica entre ambas, conveniente de ser trabalhada no quotidiano educativo, dada a coexistência de várias maneiras de conceber a mesma realidade.

Referências

- ABRÃO, B.S. (org.). 2004. *A história da filosofia*. São Paulo, Nova Cultural, 427 p. (Os Pensadores)
- AQUINO, T. de. 2001. *Sobre o Ensino (De Magistro); Os Sete Pecados Capitais*. São Paulo, Martins Fontes, 148 p.
- BOEHNER, P.; ETIENNE, G. 1988. *História da Filosofia Cristã: das origens a Nicolau de Cusa*. Petrópolis, Vozes, 584 p.
- CAMBI, F. 1999. *História da Pedagogia*. São Paulo, Editora UNESP, 702 p. (Encyclolopædia).
- DUROZOI, G.; ROUSSEL, A. 1993. *Dicionário de Filosofia*. Campinas, Papirus, 486 p.
- FULLAT, O. 1995. *Filosofias da Educação*. Petrópolis, Vozes, 135 p.
- NETO, J.B. 1989. *História da Baixa Idade Média (1066-1453)*. São Paulo, Ática, 232 p.
- PADOVANI, U.; CASTAGNOLA, L. 1978. *História da Filosofia*. São Paulo, Melhoramentos, 728 p.

Submetido em: 18/06/2009

ACEITO EM: 25/11/2009

Gustavo Araújo Batista
Universidade de Uberaba
Pró-Reitoria de Ensino, Pesquisa e Extensão - Programa de Mestrado em Educação
Campus Aeroporto, Bloco 2X
Av. Nenê Sabino, 1801,
Bairro Universitário
38055-500, Uberaba, MG, Brasil